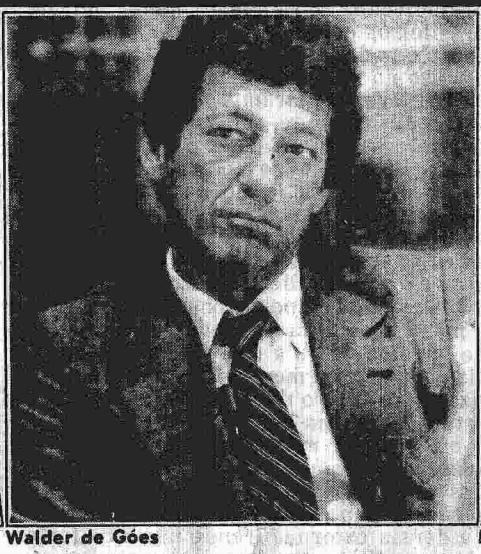


B Brasil, agora é agora.



Bolívar Lamounier



Walder de Góes



Francisco Weffort

Qual a saída para a crise social, política e econômica que vive o País?
O Jornal da Tarde reuniu cientistas políticos para um debate que começa a ser publicado hoje.

O País vive, hoje, sua mais dramática crise. No plano social, em meio a bônus de riqueza, há cerca de 30 a 35 milhões de pessoas na miséria absoluta. No plano econômico, a recessão tem ampliado o desemprego, a inflação vai corroendo o poder aquisitivo dos assalariados e a asfixia cambial vem desorganizando o parque industrial. No plano político, a sucessão parece caminhar para um impasse: embora a maioria esmagadora da sociedade brasileira se tenha manifestado a favor das diretas, realizando uma campanha inédita para denunciar o baixo grau de legitimidade do regime, nada garante que o próximo presidente seja eleito por uma fórmula capaz de atender às aspirações nacionais.

Evidentemente, é difícil quer avaliar as possibilidades de sucesso de uma solução negociada, quer saber ao certo qual a capacidade de sobrevivência de um regime sem eco-junto à sociedade — e, o que é pior, podendo

vir a ser governado por dirigentes repudiados em praticamente todos os segmentos sociais.

Para onde vamos? Em que medida as implicações sociais da crise econômica podem afetar, para o bem ou para o mal, a continuidade da abertura? Até que ponto é possível dar prosseguimento à distensão num contexto econômico crescentemente desorganizado e desestruturado? Qual a capacidade de resposta dos grupos no poder às reivindicações sociais? Qual o sentido das transformações do sindicalismo urbano e rural? Essa é a busca da democracia tornou-se realmente um valor? Quais as consequências possíveis de um impasse sucessório?

Essas são as principais indagações do momento, para as quais, no entanto, inexistem respostas objetivas. A crise brasileira é tão complexa, marcada por contrastes e paradoxos, que, hoje, se torna praticamente impossível elaborar-se uma análise completa das

dificuldades por que passa o País. Para tentar separar o essencial do superfluo, distinguir os fatos das controvérsias, avaliar detalhes aparentemente menores e recatar fios partidos no jogo de cena dos atores políticos, o Jornal da Tarde e o Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) promoveram uma mesa-redonda com cientistas sociais das principais instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Foram sete horas de discussão no salão nobre do Estado de S. Paulo, divididas em duas etapas: uma voltada ao delineamento da crise política e ao seu encaminhamento nos próximos meses, e outra (que publicaremos no próximo sábado) voltada aos temas sociais e econômicos. Os debates, aqui apresentados de forma condensada, foram coordenados e moderados pelos professores Bolívar Lamounier, diretor do Idesp, e José Eduardo Faria, da Faculdade de Direito da USP.

Armadas. Há uma convicção generalizada de que esse modelo não tem, neste momento, nenhuma legitimidade, de que lhe falta até mesmo o apoio que antes possuía em grupos estratégicos das elites. Contudo, continua muito grande as preocupações com a questão de unidade militar, com a hierarquia, com a autoridade e com a disciplina, temendo-se, é claro, que a politização possa atuar como um elemento de erosão dessa unidade.

Tornar viável um processo de transição não-traumático é uma questão vital para as Forças Armadas, pois se trata de evitar que a corporação militar venha a ser colocada diante de um dilema radical: de um lado, a necessidade de uma recomposição política, que as levasse outra vez ao controle direto do poder, e, de outro, a rendição incondicional, isto é, o fantasma argentino, o espantalho do julgamento.

Esta é a questão básica. Um "sólido poder" recriado na Presidência é uma condição para evitar esse dilema na medida em que esse poder prometerá não apenas um comando ou uma coordenação mais firme de processo de mudança política, mas, também, porque permitiria uma gestão mais eficiente no front econômico e administrativo, conduzindo o País para melhores conjunturas, e, assim, evitando as turbulências capazes de criar condições para o surgimento daquele dilema radical. Ou seja, uma gestão mais eficiente da administração federal, no sentido de torná-la mais eficaz, é também vista como necessária para se evitar turbulências sociais que indiretamente pudesse colocar as Forças Armadas diante daquele dilema.

Dadas essas premissas, creio que há uma forte disposição, nas Forças Armadas, numa perspectiva muito mais dramática. Seu interesse fundamental é, obviamente, assegurar a continuidade de seus objetivos exclusivistas, ora atendidos no governo Figueiredo. E mais: que o sistema político, no futuro, não lance um olhar inquisidor sobre suas práticas políticas e morais do passado e do presente. Portanto, a coalizão continuista projeta a sua ação justamente no sentido de impedir que o próximo governo faça avançar a abertura política e de assegurar que o novo governo continue dotado de fortes instrumentos de coerção.

certamente levar à formação de uma pauta radical. Por outro lado, os militares — os Forças Armadas estrito senso — também sabem que candidatos e processos impopulares são inadequados para enfrentar essa conjuntura e para dar ao governo aquela solidariedade que eles julgam indispensável para a transição não-traumática e segura. Estas duas condições, isto é, restrições a eleições diretas e indisponibilidade em relação a candidatos e processos impopulares, são os balizamentos de sua estratégia, que consiste em dar apoio a uma sucessão negociada. Elas querem que a sucessão seja um canal de conciliação e que seja, antes de tudo, um processo pelo qual se concile a mudança com a segurança do processo de mudar.

Vejamos o outro segmento, que chamei de "coalizão continuista". Sua posição é aquela idêntica à das Forças Armadas com os sinais invertidos. É claro que essa coalizão também valoriza a ideia de um sólido poder, isto é, que esse poder seja a expressão, tão literal quanto possível, das atuais forças tuteladas do governo, justamente porque essa coalizão tem como base interesses mais exclusivistas, que se desenvolveram à sombra ou à margem da agenda permanente das Forças Armadas. É claro que interesses exclusivistas também se formam no âmbito da corporação militar, interesses propriamente corporativos ou ligados à sua percepção particular do funcionamento político. Mas a transformação de interesses desse tipo é mais acentuada na coalizão continuista. Ela não é indiferente à agenda mais ampla das Forças Armadas, ligada à transição, mas seu envolvimento com o regime e com o exercício direto das funções de governo é mais intenso e acabou numa perspectiva muito mais dramática. Seu interesse fundamental é, obviamente, assegurar a continuidade de seus objetivos exclusivistas, ora atendidos no governo Figueiredo. E mais: que o sistema político, no futuro, não lance um olhar inquisidor sobre suas práticas políticas e morais do passado e do presente. Portanto, a coalizão continuista projeta a sua ação justamente no sentido de impedir que o próximo governo faça avançar a abertura política e de assegurar que o novo governo continue dotado de fortes instrumentos de coerção.

Qual é a distribuição de recursos políticos entre esses dois segmentos? A questão é que as Forças Armadas *stricto sensu* não se encontram envolvidas diretamente no processo decisório do governo. A influência deles se exerce pela compreensão tática, que os governantes têm a respeito da origem de seu poder e dos limites, portanto, de sua autonomia. É claro que existem processos de consulta e é claro também que os conceitos e valores dos militares estão hoje muito associados aos conceitos e valores da burocracia ou da tecnocracia civil do Estado. Nesse sentido, o clima dentro do governo tem "representatividade" em relação aos anseios do conjunto da oficialidade ou do conjunto da corporação. Permanece, porém, uma grande diferença entre a representação, neste sentido, e ação do ator, diretamente. A corporação militar tem apenas uma ação por representação e, portanto, a sua capacidade de intervenção política, na atual conjuntura, não é grande. Isso porque a coalizão continuista é capaz de obstruir os canais pelos quais teriam de passar as demandas da alta hierarquia militar. Esse é um dos grandes recursos de poder da coalizão continuista. Justamente por lidar com o processo decisório do governo de maneira direta, ela adquire recursos políticos extremamente importantes. Esta soberba controla toda a produção de informações e avaliações em praticamente todos os campos, porque é ela que controla os serviços secretos e, mais do que isso, todas as agências que criam os dados, as noções e os valores que informam o processo decisório. E, portanto, ela tem uma alta capacidade de intervenção política.

Obrigatoriamente, existem muitos pontos de contato entre esses dois grandes segmentos. Mas é importante colocar em relevo o exclusivismo dos interesses estratégicos de cada um. Sob esse aspecto, eu tenderia a ter uma atitude pessimista em relação a teses como a da negociação política, justamente em razão da força extraordinária da coalizão continuista e conservadora, graças à sua capacidade conjuntural de intervenção muito alta. Acho que uma transição democrática mais efetiva requer a neutralização dos recursos políticos desse segmento.

Francisco Weffort — Eu tendo a acreditar

tar que as Forças Armadas, como instituição, estão-se retirando. Vejam bem, não querer dizer que o grupo no poder tenha muita vontade de deixá-lo; é outra coisa. Penso que, de 1974 para cá, esboça-se no Brasil uma linha de desenvolvimento político — chamada inicialmente de *distensão*, depois de *abertura* e, hoje, cada vez mais, de *democratização* —, que caminha no rumo do encerramento do ciclo militar e do estabelecimento de uma democracia. Por certo, o caráter e o alcance dessa democracia são coisas a discutir, mas acho que lhe geral aponta nesse rumo. Isto não impede, evidentemente, que haja setores extremamente fortes, tanto militares quanto civis, resistindo a uma estratégia desse gênero. O que mais me impressiona hoje, no quadro político-militar brasileiro, é a falta de coordenação quanto a objetivos e propósitos, embora um grupo lá permaneça tentando segurar a peteca. Há uma certa descoordenação na maneira como o governo federal enfrenta a questão política fundamental do momento: que é o movimento pelas eleições diretas. Quem é interlocutor do governo federal? Não se sabe. Tem-se notícias de que o presidente da República não renunciou ao papel de principal interlocutor, mas isso não significa que ele esteja praticando a negociação política.

O último gesto do governo federal, no sentido da negociação, foi precisamente a Emenda Figueiredo, que, embora avaliada de maneira extremamente dura por parte das oposições, ainda assim contém elementos de negociação que são importantes. A Emenda Figueiredo, sem ceder ao essencial, que é a questão das eleições diretas, na verdade entrega pequenos pedaços a diferentes setores políticos e abre um horizonte de negociação. Não é o horizonte que eu gostaria que fosse aberto, é o horizonte que interessa ao governo e que lhe permite a aplicação da velha tática de setorializar o processo de negociação, para depois agregar, ao nível que lhe interessa, interesses e pressões capazes de viabilizar a transição que ele deseja. Imagino que setores do governo federal estão interessados num continuismo: *stricto sensu*, por exemplo, através da prorrogação do mandato do atual presidente. Mas até nisso vejo uma fórmula ligada a um amplo processo de retirada. Em outras palavras, a transição está acontecendo, embora não ao modo da Espanha, onde havia um chefe de Estado — o rei — cuja legitimidade não era questionada — o que abriu a possibilidade de que as diferentes forças políticas e sociais se sentassem à mesa e negoçiassem um pacto. Nesse sentido, é difícil vislumbrar qual é o processo de transição, no Brasil. Ela também não está ocorrendo a maneira de Portugal, onde houve uma ruptura, institucional. A meu ver, nosso processo de transição se efetiva na medida em que as diferentes forças políticas, ao lado de lá ou do lado de cá, têm como referência os mesmos pontos na discussão. Insisto que há um processo de transição e que há, implicitamente, um processo de negociação, na medida em que todo mundo identifica as mesmas questões.

O procedimento para a eleição para a Presidência da República é o melhor exemplo. Há muitas propostas, mas todo mundo parte de uma questão básica. Da mesma forma, na questão das relações com o FMI também há soluções diferentes, mas todas têm um mesmo ponto de partida. Uma proposta, que era apenas de Celso Furtado e de alguns setores da oposição, é que o Brasil entrasse numa frente de países devedores começaria a tornar-se uma alternativa para o governo. A questão da reorganização partidária também está presente para todos os grupos, embora de maneira diversa. Está presente pelo lado da esquerda, na medida em que se reivindica a legalidade dos partidos comunistas, mas também está presente para setores do PSD ou do próprio PMDB, que se sentem aprisionados numa estrutura de partidos, a qual não lhes permite muita liberdade de expressão.

A busca da democracia tornou-se realmente um valor

As questões estão colocadas, mas não existe mesa das negociações. Note-se que a grande divergência política do momento atual é entre fazer uma eleição direta em 84 ou fazê-la em 88. Alguém poderia objetar, com muita razão, que admitir a hipótese da eleição direta em 88 pode ser o mesmo que admiti-la para nunca, dependendo de quem seja eleito para o período de 84 a 88. É uma objecção que não pode ser desprezada, mas eu, francamente, não acredito nela. A crise que está, que tem uma enorme implicação econômico-social, que levou um número muito grande de pessoas à conclusão de que a democracia não é só deseável como um valor, mas, também, que ela é necessária imediatamente. É preciso reconhecer que a busca da democracia tornou-se realmente um valor. É fundamental chamar a atenção para esse aspecto da realidade política brasileira: essa convicção nova, sustentada por um número muito grande de pessoas, nos diferentes partidos políticos ou instituições, de que a democracia é um valor. Ou isso, ou não se entende como um país em crise como a que o Brasil vive, com o nível de desemprego de hoje, com o nível de miséria dessa população, etc., não tenha nenhum setor político publicamente posicionado contra essa luta pela democracia.

Concordo com a observação de que o grupo que está no poder não parece imbuído do ânimo de negociar no sentido democrático. Provavelmente, o atual governo vai tentar negociar usando doses pesadas de manipulação. Contudo, em todo jogo, a questão é saber quais são os recursos dos outros parceiros, ou seja, saber dos outros lados o quanto vai haver de força política e de força de opinião pública para reduzir as proporções da manipulação e da coerção. A negociação, em qualquer sistema democrático, sempre pressupõe algum grau de coerção e de manipulação. Nossa problemática é que as doses desses ingredientes são muito pesadas. Do lado das oposições, a questão é saber se haverá capacidade de criar consensos políticos para forçar uma negociação verdadeiramente democrática. Eu não acredito que uma negociação aberta e limpa venha a se dar agora. Se ocorrer, será no estilo da negociação possível numa situação de confronto. Até na guerra se negocia; você negocia a trégua, o uso de determinadas armas, eventualmente a rendição. Alguns setores do governo certamente se juntariam que a negociação fosse uma rendição, mas não acredito que eles tenham paciência para impor isso. Até no establishment militar existem setores contrários a esta posição. Ou seja, é preciso reconhecer que há um processo de transição.

O que é peculiar, no caso brasileiro, é que não há uma mesa de negociações claramente reconhecida. Não há um chefe de Estado numa posição inquestionável que possa chamar os parceiros, ou que possa reconhecer quem é verdadeiramente interlocutor de um lado e de outro. A representatividade dos interlocutores, de todos os lados, é questionável. Porém, há um processo de transição na medida em que os diferentes protagonistas políticos reconhecem as mesmas questões em pauta: é o desemprego, é a crise, é a necessidade de retornar o desenvolvimento, é o controle da inflação, é a dívida externa, é o relacionamento com o

jornal da tarde
 O SEU CADerno DE PROGRAMAS E LEITURAS



Bolívar Lamounier — Que país o sucessor do presidente Figueiredo vai encontrar? É um país que passa por enormes modificações e que se torna cada vez mais difícil de ser governado. As transformações estimuladas por esses 20 anos de regime autoritário foram de tal ordem que o Brasil já não é tão conhecido e familiar nem aos próprios governantes nem às suas elites. No plano político-institucional, há um *imbroglio* sucessório possivelmente maior do que o imaginado há uns três anos; há, também, uma mobilização popular, igualmente maior do que se podia esperar no início da década. As eleições de 1982 transformaram o País numa *diarquia*, pois hoje há duas estruturas paralelas de poder. De um lado, há governos estaduais escolhidos em eleições diretas, com uma certa margem de atuação, que dão ao esforço pela redemocratização uma base material maior do que a existente até 1982; de outro, há o poder central, onde se destaca uma coalizão continuista claramente configurada. Talvez não seja uma coalizão integrada e coesa, pois existem diversos canais de continismo se expressando neste momento sucessório. E há, ainda, a mesma velha tendência de se recorrer à ameaça do retrocesso, exemplificada pelo recurso drástico às "medidas de emergência", pela ameaça de se retirar a Emenda Figueiredo do Congresso e mesmo pelas rearticulações de setores conservadores e militares no contexto desse processo sucessório, como no episódio da entrevista Médici-Maluf.

Para deflagrar essa discussão, eu gostaria de indagar se estamos realmente diante de um entendimento viável, que possa tornar mais densa e articulada a continuidade do processo de abertura política, levando, finalmente, à consumação da redemocratização do País. Ou se, ao contrário, estamos diante de uma mera retórica de negociação, de uma aparição que mal oculta a possibilidade de um colapso e de um retrocesso, talvez próximo e iminente, desse processo de abertura, dada a profundidade da crise. Que significaria o retrocesso nas atuais condições, no bojo da crise econômica, tendo em vista o nível bem mais alto da mobilização popular?

Esse é exatamente o ponto de partida da nossa discussão: a tentativa de hierarquizar quais são as coisas viáveis e possíveis, a partir deste momento, e também os percursos institucionais e o perfil das negociações, dos quais poderiam resultar soluções para o próximo ano. São questões inarráveis, que está na cabeça de todos, a começar pelos credores estrangeiros, preocupados com a eventual renegociação das condições do endividamento externo. Em nossa segunda rodada de discussões, a ser publicada no próximo sábado, a questão principal será como essa crise política se relaciona com a crise social, a qual se expressa pelo desemprego, pelos movimentos sociais, pela evidente impaciência, irritação e frustração de muitos setores sociais com as dificuldades salariais, com suas condições de trabalho, com a deterioração dos serviços públicos, etc. É evidente que essa sociedade marcada pelo desemprego e pelo desejo de um governo mais consistente já não se enquadra facilmente na velha imagem de uma população passiva. Na verdade, nós temos uma sociedade desconfiada, às vezes agressivamente exigente nos seus direitos, mas não permitindo, de qualquer forma, nenhum otimismo, a menos que a crise política encontre uma solução adequada.

Walder de Góes — Dou prioridade à conjuntura militar relacionada com a transição política e com a sucessão presidencial. Afinal, ela dramatiza as ações políticas. Ao fazê-lo, descreve os atores de suas capacidades mais seguras e, portanto, permite-nos ver um pouco melhor os seus processos reais. Eu acho que estamos diante de um momento desses. Vejo as Forças Armadas, sob esse aspecto, sedimentadas em duas partes: as Forças Armadas em sentido estrito, de um lado, e o que chamamos de "coalizão continuista", de outro.

Essa coalizão continuista se baseia no serviço secreto.

Ao falar das Forças Armadas no primeiro sentido, darei maior atenção aos oficiais gerais das três Armas, que se articulam em torno das divisões burocráticas e das unidades operacionais. Enfatizo a alta hierarquia justamente porque não há necessidade de se discutir em detalhe as diferenças e as contradições que existem. Quant a "coalizão continuista", acho que ela não é tão heterogênea, pois após 20 anos já alcançou um alto grau de homogeneidade. É isso que faz dela o ator político com maior capacidade de intervenção entre todos os grupos políticos que ai estão disputando o poder. Essa "coalizão continuista" é liderada pelo SNI, integrada pelos três outros serviços secretos das três Armas. Ela se baseia no serviço secreto, mas recrutou adeptos ideológicos em toda a oficialidade, em seus níveis mais altos. Ela é integrada igualmente por oficiais da reserva instalados na burocracia; pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que é o mais alto nível de assessoramento da Presidência da República, e tem o apoio da tecnocracia civil. É difícil imaginar uma reunião de todo esse pessoal, mas na verdade existe muito mais do que um simples clima de opinião e pressão. Há um clima ideológico que une esse vasto grupo em torno de interesses e de estratégias comuns em relação à questão sucessória.

Pensemos um pouco mais no primeiro segmento, nas Forças Armadas estrito sentido. A crítica que hoje existe nas Forças Armadas com relação à maneira como está sendo exercida a Presidência da República é um elemento importante para descobrirmos em que consistem esses interesses e essas estratégias. Essa crítica diz, basicamente, que o governo Figueiredo não tem comando das ações políticas, que ele perdeu o controle do próprio partido em que se sustenta, que perdeu a batalha da opinião pública e, sobretudo, que lhe falta competência para lidar com os novos conflitos que têm surgido. Na medida em que se faz essa crítica, aparece nas Forças Armadas uma nostalgia que se expressa na concepção de "um sólido poder". Esta expressão é muito frequente na fala dos nossos generais. Ela designa o que falta e o que há de construir: "um sólido poder" que, corporificado na Presidência da República, seja capaz de gerir os conflitos, controlar as pressões e liderar um processo de transição política não-traumático e seguro. A idéia básica é: que o processo de transição política será traumático e inseguro se não houver um "sólido poder" corporificado na Presidência da República. As Forças Armadas não têm capacidade direta de intervenção política; elas operam através da Presidência, ou do governo, o qual compreende, naturalmente, os limites a natureza do seu poder. As Forças Armadas não têm outro processo de intervenção senão esse. Se ele falha, proliferam nas Forças Armadas sensações de abandono e de orfandade política. E é o que está ocorrendo.

A meu ver a idéia de uma volta dos militares ao controle direto do poder político acha-se em franco declínio nas Forças

FMI, etc. O equacionamento dessas questões não é irrelevante para a atual transformação política. A negociação em curso é a negociação possível nesse quadro.

José Eduardo Faria — Há um fio condutor nas análises precedentes: trata-se, por um lado, da ideia de que o Estado é poderoso, e, por outro, de que ele se encontra internamente fragmentado, motivo pelo qual seria ingovernável sem um reajuste estrutural dotado de um mínimo de legitimidade. Qual o problema inherentemente à essa fragmentação? É o risco de que os conflitos de classe hoje existentes no plano social continuem sendo tratados por uma visão meramente estamental, sempre distorcida e impregnada dos valores de disciplina e obediência inerentes às corporações militares. A noção de ordem está presente tanto na coalizão continuista quanto na alta hierarquia das Forças Armadas.

Tal coalizão tem imposto sua vontade até agora, como ficou claro com a imposição do Estado de Emergência durante a votação da emenda Dante de Oliveira. Graças ao poder informal obtido pela ação conjunta entre o SNI, os serviços secretos militares, o Conselho de Segurança Nacional e os militares da reserva situados na administração direta e nas estatais, sem contar o apoio da burocracia civil, esse grupo está numa posição privilegiada na questão sucessória. Esse é o caso, como se sabe, uma faceta formal e uma faceta informal, onde o presidente aparentemente encontra-se cercado pela coalizão continuista, refletindo suas contradições e idiossincrasias. O que pensa Figueiredo? O que quer que pense é inspirado, na prática, pelo temor do espartilho da Argentina, ao nível de uma apreciação judicial dos escândalos financeiros e administrativos, e pela disposição do grupo do Planalto de continuar a manipular os próximos presidentes.

Paralelamente a esse poderoso Estado internamente fragmentado, nossa sociedade tornou-se mais complexa em sua estrutura, mais exigente nas suas reivindicações e mais contundente em termos de discurso. O conflito, portanto, se dá entre dois pólos antagonistas — a questão sucessória e, por isso, a pedra de toque da abertura. Mais dia menos dia, desde 1974, sabia-se que a dissensão iria esbarrar na retórica vazia do Planalto e na praxis antiautoritária da sociedade. A meu ver, é importante identificar o que está por trás de cada um desses pólos. Quem está consciente da necessidade de um projeto de poder articulado e capaz de, no caso da vitória de uma solução negociada, construir um regime legítimo, aberto e eficiente no equacionamento da crise? Como atravessar, sem o risco de traumas não cicatrizáveis e de tentativas de golpes autoritários, o período necessário à maturação de uma gestão realmente reformadora de nossas estruturas sociais e econômicas?

“Pensar numa volta aos quartéis é uma coisa muito difícil”

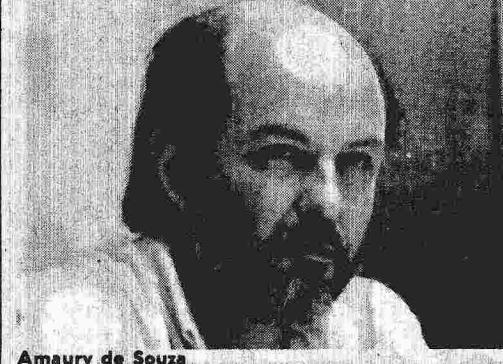
Esse é o meu temor: de que um governo democrático se desgaste a tal ponto no seus primeiros momentos de poder, que não consiga chegar até o final. O poder de mobilização das diretas mostrou que tivemos outra vez uma experiência de frente ampla — e esta, se conseguisse ser contundente na luta antiautoritária, parece enfrentar dificuldades em fornecer bases hegemônicas para a viabilização de um novo governo. Ai está o caso do presidente Alfonso, não conseguindo executar o que prometeu em campanha, e enfrentando a curto prazo uma oposição perigosamente desestabilizadora. A democracia é um valor, como disse o Weffort, mas todo valor é um símbolo aberto e indeterminado. A democracia pregada por um partido de oposição não coincide, necessariamente, com a pregada por outro partido oposicionista — uma vez no poder, ambos ou vivem dentro de uma tensa coalizão ou racham. E o perigo é de que essa tensão e essa rachadura abram caminho para retrocessos autoritários.

Não insisto neste tema por acaso. O próximo presidente, principalmente se eleito de modo legítimo, precisa estar consciente de que ele não poderá atender às expectativas sociais com palavras vazias e promessas vãs. É preciso que ele saiba que a sociedade está conquistando novos instrumentos capazes de institucionalizar sua capacidade de mobilização política e que ela, seguramente, irá usá-los assim que seus anseios não forem correspondidos pelo novo governo.

Os sindicatos têm, por exemplo, um crescente poder de ação dentro da lei. Ainda recentemente a Justiça Federal reconheceu o direito do Sindicato dos Metalúrgicos de poder representar os interesses da categoria não só na Justiça do Trabalho, mas também na Justiça Civil. Ao mesmo tempo, encontra-se na Câmara Federal um projeto destinado a alterar o artigo 6º do Código de Processo Civil, permitindo o acesso aos tribunais pelos diferentes grupos representativos da sociedade e adotando o princípio da representação dos interesses coletivos no âmbito do Judiciário. Tais modificações alteram nossa estrutura jurídica, que ela dará às oposições, aos novos dirigentes, uma efetiva capacidade de lutar contra políticas substantivas. Logo, o Executivo terá maior dificuldade de agir com flexibilidade para implementar suas estratégias, de modo que ou os governantes forem eleitos com o apoio das oposições se preparam desde já para dialogar com a sociedade em torno de um projeto de poder ou correrão o risco de uma gestão fadada a crises, tensões e divergências em suas bases de sustentação semelhantes às que têm sido vividas pelos governadores do PMDB e do PDT. Um ano após suas respectivas posses, o que eles conseguiram fazer de novo e inédito?

Evidentemente, este problema não se coloca para a coalizão autoritária, mas, sim, para aqueles que desejam a legitimação do poder e a promoção de um amplo conjunto de reformas sociais. Daí a necessidade de se refletir, com os riscos naturais do *wishful thinking*, no tema do exercício do poder e num projeto capaz de suscitar o respeito e a lealdade das forças em conflito no prazo necessário à sua maturação.

Walder de Góes — Concordo com o Weffort em que o retorno ao autoritarismo é inimaginável. Pensar numa volta aos quartéis, todavia, é uma coisa muito difícil. Não há quartéis para tanta gente. A estratégia da corporação militar é de transformação do controle direto em controle indireto. Se você pensar nas opções estratégicas já adotadas, nos processos institucionais monta-



Amaury de Souza



José Eduardo Faria



Luís Aureliano de Andrade

“O retorno ao autoritarismo é inimaginável”

dos e na vasta penetração informal do Estado Civil pelos militares, verá que a hipótese do controle indireto é plausível. Será possível dar a ela o nome de “um processo de retirada”? Outro ponto é o problema do dinamismo da sociedade civil, sobretudo na campanha pelas diretas. Qual a autonomia desse dinamismo? Qual é sua autonomia em relação às elites, às nossas elites empresariais, intelectuais, militares, burocráticas e políticas, sobretudo? Em que medida a posição das elites, hoje, é um genuíno apelo aos valores da democracia ou uma desilusão com o autoritarismo? Não seria algo parecido com 1945, quando as elites fizeram uma ampla revisão do sistema político, mas preservaram todo o centralismo do Estado Novo? Por isso é que enfatizei a questão da formação do próximo governo, pois seu caráter dependerá de suas bases políticas e dos compromissos explícitos que ele venha a assumir. A questão crítica é como será constituído esse próximo governo, porque a partir dele começaremos a saber se o “mercado político” vai estimular mais a moeda da coerção, da manipulação, ou da negociação, e a justa medida do uso dessas moedas.

Bolívar Lamounier — Há aspectos importantes nessa discussão. O ponto ressaltado pelo Weffort, o da democracia como um valor hoje mais consciente do que em qualquer outro momento de nossa História, é o mais significativo. Essa ideia poderia ser desfrutada em vários componentes e pelo menos quatro dos quais são importantes. 1) acho que existe uma consciência — e talvez isso seja um fato novo — de que a sociedade brasileira não é e não pode ser monolítica. Na esquerda ou na direita, os diferentes grupos hoje percebem que seu projeto de organização política não pode ser imposto como modelo ao resto da sociedade, sem seu consentimento. 2) há o ponto ressaltado pelo Faro, de que o poder precisa ser legitimamente processualmente. Ou seja, além da eventual aceitação ou mesmo de simpatia por essa ou aquela figura que ocupa o poder, é cada vez mais clara a exigência de legitimidade no que se refere aos procedimentos pelos quais se chega ao poder e o exerce na sua plenitude. 3) os grupos sociais estão adquirindo uma consciência mais nítida do valor de sua auto-organização para reivindicações. Estamos numa fase de extrema instabilidade nas recompensas que as pessoas auferem pelos seus esforços e então, de repente, elas descobrem que os benefícios e as recompensas que esperam alcançar com seu trabalho não podem mais ser pensados no nível individual. Há uma descoberta do valor da organização política, da ação coletiva para efetivar a reivindicação. Todos estes são componentes fundamentais na ideia de democracia. 4) também é fundamental que haja certa autonomia das instituições políticas como tal, basicamente das instituições políticas civis. Em que medida a autonomia do Congresso, dos partidos e dos sindicatos, enquanto instituições, está sendo fortalecida no processo de crise? Não estaria ocorrendo uma erosão desses interlocutores, na medida em que eles são forçados a fazer um jogo de cena, a negociar numa mesa imaginária? Há um fortalecimento das instituições civis ou, ao contrário, um enfraquecimento, na medida em que elas são forçadas a negociar sob os guarda-chuvas da tutela militar e da tutela da comunidade de informações? A tutela cria sempre o sentimento de que nenhuma negociação é para valer, enfraquecendo os interlocutores. Nesse sentido, a transição democrática estaria enfraquecida-se.

Estes pontos me parecem pertinentes para três outras questões que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, é que uma transição clara é fundamental para a governabilidade de um governo democrático. Um governo democrático ao qual se chegue por um caminho cinza não tem a mesma autoridade, diante de uma crise social e diante de demandas setoriais, definidas por um governo inequivocavelmente legitimado numa eleição presidencial direta. O segundo ponto é que um governo, num processo efetivo de transição democrática, não pode tolerar sequer a postulação do poder presidencial por candidatos previamente considerados inaceitáveis pela sociedade. Vocês sabem a quem me refiro. Então, na verdade, há dois problemas a serem resolvidos ao mesmo tempo: de um lado, estabelecer procedimentos legítimos e efetivos para se chegar a um governo democrático e, de outro, fazer o possível, dentro desses procedimentos, para impedir que cheguem ao governo pessoas e grupos cuja improbidade já é fato conhecido pela opinião pública. Em terceiro lugar, um problema a ser considerado num prazo mais longo é o reexame da tutela militar sobre a democracia. Sabemos como se formou, desde o Estado Novo, uma concepção do papel da instituição militar em relação à sociedade. Essa concepção pode ser criticada, mas, inegavelmente, tem eficácia. O que nós estamos perguntando, hoje, é se essa concepção de tutela militar, além de incompatível com a democracia, pode aspirar à mesma eficácia, visto que agora estamos diante de uma sociedade extremamente pluralista. Além de criar problemas para o funcionamento democrático do sistema político, essa concepção tutelar poderá limitar a capacidade desse mesmo sistema político para acomodar conflitos, porque dificulta a sedimentação de alternativas e de hábitos e negociação.

A partir do governo Figueiredo, o processo de abertura perde seu script.

Luis Aureliano de Andrade — A partir do governo Figueiredo, o processo de abertura passou por uma mudança bastante significativa. Até então, cada passo era justificado por uma estratégia previamente estabelecida. Havia um princípio e seu consequente que definiam as medidas que se

iriam realizar. A partir do governo Figueiredo, sobretudo a partir do episódio do Riocentro, o processo de abertura perde seu script e, por fatores diversos, o próprio núcleo do poder no governo federal que vinha comandando esse processo começo a perder sua capacidade de coordenação. Falta não só um projeto político articulado, mas, também, capacidade do núcleo do poder em comandar o processo tal como vinha sendo feito no governo Geisel. A crise econômica e os próprios desdobramentos da abertura criaram fatos políticos novos, acabaram por criar essa fratura no âmbito do governo, tornando menos previsível o que pode ocorrer.

“Essa hegemonia civil exige a profissionalização do papel militar”

A verdade é que a possibilidade da democracia, no Brasil, está intimamente associada à possibilidade de se criar uma hegemonia do poder civil sobre o poder militar. Se nós olharmos no quadro histórico das nações democráticas, veremos que este é o fator fundamental: como fazer com que o cidadão armado renuncie ao uso da força no momento em que ele se considera prejudicado. O estabelecimento, no caso brasileiro, da hegemonia do poder civil sobre o poder militar é quase como colocar o guiso no gato. Nos demais casos, quando os militares passaram a ser mais controláveis politicamente pelas elites civis, esse controle se deu na esteira de um notável enfraquecimento de poder militar: foram casos de guerra, como na Argentina, na Grécia e em Portugal. Nessas transições ocorre uma perda de legitimidade de toda a ordem sustentada numa estrutura militar. Esse é o grande dilema. Temos de pensar na transição e não apenas nas questões postas à mesa: a escolha do presidente, a política de negociação ou a reorganização partidária, etc. Se olharmos a questão da democratização e, dentro dela, a necessidade de se estabelecer uma hegemonia do poder civil sobre o poder militar, veremos que há razões de sobra para um certo pessimismo. Essa hegemonia civil exige a profissionalização do papel militar, isto é, de guardião da defesa externa. Grande parte da turbulência política gerada pelos militares ocorre em países onde eles têm desemprego institucional, ou seja, onde os militares não têm uma função nítida e clara, intervindo por isso a todo instante na cena política. Não ocorre, por exemplo, em países como os Estados Unidos, onde historicamente os militares sempre tiveram um papel e sempre foram extremamente úteis do ponto de vista da consolidação tanto do regime político como dos avanços econômicos que foram feitos.

Outro fator negativo para a pretensão de uma ordem democrática estável, no País, é a questão da sociedade civil. Não há dúvida de que a campanha pelas eleições diretas mostra que a sociedade é capaz de ser arregimentada. Mas é preciso dar alguns descontos a isso. Em primeiro lugar, o movimento das diretas não teve, a meu ver, a expressão numérica que lhe foi atribuída. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como ela é desalentadora no tocante à sua capacidade efetiva de mobilização. É uma sociedade que ainda não tem um nível de politização que lhe permita criar custos a qualquer intervenção militar. Esse é o outro elo do argumento, ou seja, a democracia viria não apenas na medida em que os militares aceitassem novos valores de convivência política e uma nova definição de seu papel, mas, também, na medida em que eles percebessem que suas intervenções no processo político teriam custos, ou seja, que a sociedade civil não ficaria paralisada diante de uma movimentação armada. Não quero diminuir sua importância, mas isso precisa ser olhado com cuidado, pelo menos quantitativamente. Em segundo lugar, em muitos lugares essa mobilização se fez com o consentimento ou sob os auspícios do próprio poder estadual, sem grandes custos para a sociedade civil. Não foi uma mobilização através do confronto, mas que se fez no consentimento, sem custos. Se pensarmos no conjunto da sociedade civil, de um modo geral, salvo algumas poucas ilhas de modernidade, como o ABC, veremos como

► modo a atender o conjunto de aspirações. Com o represamento destes últimos 20 anos, agravado agora pela crise, é possível a ocorrência de um grande aumento de reivindicações, como disse o Faria, as quais podem ser capitalizadas por lideranças populistas. A elas, com certeza, somar-se-ão as naturais resistências dos grupos e das lideranças que estão sendo desalojadas dos centros decisórios. É por essa razão que a negociação se caracteriza pela tensão, pela instabilidade e pelo risco de não dar certo.

De qualquer modo, que houve um grande avanço, isso é inegável. O problema é saber o que vem pela frente, sem minimizar a importância das diretas ou a existência de uma classe operária nova, apesar de reduzida e concentrada em certas áreas, como o ABC e Campinas. Tais mudanças são significativas, é certo, mas é igualmente correto que elas ainda não representam um custo para a intervenção militar. Não penso numa situação-limite, é óbvio, mas a verdade é que todos os que desejam manter-se no poder com o emprego da violência estão fazendo seus cálculos de custo/benefício. A utilidade do poder não é infinita e ilimitada. Há um momento em que eles terão de parar e pensar se vale a pena colocar tanques na rua e governar com uma repressão total, durante muito tempo. Como intimidar toda uma população permanente e regularmente?

Amaury de Souza — Minha opinião está muito próxima da que foi apresentada pelo Faria, ou seja, a dúvida na capacidade do Estado brasileiro responder positivamente a um novo pacto resultante da negociação. Parece-me que o aparelho estatal encontra-se, após estas duas décadas, bastante atrasado frente às mudanças sociais deflagradas pelo crescimento econômico. Não me

refiro apenas ao surgimento de grupos sociais novos, mas, também, ao tamanho do País de hoje e à complexidade que lhe é inherente. Como essas transformações não são somente quantitativas, mas, também, qualitativas, esse aumento de complexidade vai exigir, mais cedo ou mais tarde, uma nova rodada de reformas institucionais profundas. Todas nossas instituições, sobretudo as que estão voltadas para o funcionamento da economia, tanto no setor estatizado quanto no que resta do setor de mercado, estão defasadas, exigindo por isso reformas inadiáveis. Dificilmente, a meu ver, o Estado brasileiro poderá resistir à implementação de mudanças profundas, que acabarão por atingir a estrutura de poder montada ao longo dos últimos 20 anos, especialmente nos seus escalões mais baixos.

Penso, por exemplo, nos efeitos previsíveis de uma reforma tributária, por mais leve que ela seja. Qualquer alteração na distribuição de recursos arrecadados entre os Municípios, Estados e a União levará necessariamente a uma alteração na distribuição de poder dentro do aparelho estatal. E quem deseja perder poder já adquirido? O mesmo ocorre no que se refere à política salarial. Nos últimos quatro a cinco anos, assistimos a vários experimentos sobre um dos problemas centrais da economia pós-64: como se livrar da existência de uma política salarial uniforme e centralizada, que requer um amplo esquema de indexação? Como atender à enorme diversidade de situações existentes na área urbana e que, crescentemente, afeta a própria área rural? Mudanças tributárias e salariais, por isso, têm repercussões políticas, pois envolvem todo o núcleo central dos mecanismos de planejamento e gestão econômica. A própria tentativa de esvaziamento do Judiciário a que o Faria se referiu é outro exemplo

► Hoive um grande avanço. O problema é sair o que vem pela frente, sem minimizar a importância das diretas ou a existência de uma classe operária nova. ■

importante. Não tixa de ser sintomático que a emenda Figueiredo proponha a criação de contenciosos administrativos, tentando subtrair do ajarato judicial a decisão de problemas pendentes. Solução idêntica se quis dar no caso dos conflitos trabalhistas, com a criação de uma estrutura paralela de mediação e arbitragem, à margem da Justiça do Trabalho. Eis aí, pois, indicações de que o descompasso institucional instaurado pelo autoritarismo é de natureza mais profunda do que a mera preservação de uma tutela militar levaria a crer. O descompasso se deve ao fato de que as instituições jurídicas, em quase todas as áreas, com pouquíssimas exceções nas áreas de regulação econômica, estão fortemente defasadas em relação às transformações sociais. A sociedade, assim, cada vez mais passa a fazer sua auto-regulação à margem das instituições jurídicas existentes. Não vejo, portanto, as ações do Estado apenas como respostas a uma transformação que eventualmente ocorra na cúpula do Executivo, a partir da negociação. Com ou sem essa

negociação, o que eu gostaria de enfatizar é que serão necessárias mudanças institucionais que, necessariamente, atingirão a atual distribuição de poder burocrático e técnico dentro do aparelho de Estado.

Walder de Góes — Há, aqui, dois conceitos distintos de negociação. É preciso explicá-los. Uma coisa é esse entrechoque da dinâmica social com a dinâmica do Estado, que força uma negociação real e informal. Outra coisa é uma negociação explícita e formal, cujo objetivo passa a ser, a curto prazo, a formação do novo governo e de uma nova ordem jurídica, como se referiram o Faria e o Amaury. É importante distinguir esses dois conceitos, pois é nesse novo governo e nesse arranjo de curto prazo que as mudanças mais amplas irão ou não se concretizar. É necessário que um novo governo tenha condições de exprimir as aspirações nacionais e de abrigar a nova complexidade do País. Começando pelo fim, certamente inflacionaremos as expectativas. As condições reais do País de hoje parecem indicar menos a negociação e mais um confronto e a consequente imposição de uma ordem autoritária. Basta se pensar no elevado grau de fragmentação a que estamos chegando. Não se negocia sem um mínimo de coordenação nos diferentes grupos que têm de se sentar à mesa. No entanto, nem há coordenação e interlocutores nas Forças Armadas e no próprio governo, nem há uma linha hegemônica de ação nas oposições. Nossa elite parlamentar, ao que tudo indica, ainda é clientelística em sua essência. Mesmo as elites empresariais estão desiludidas com o autoritarismo, ou menos com esse autoritarismo que aí está. Portanto, as candidaturas criadas e produzidas, em todos os partidos, nos últimos meses, sedimentaram interesses antagônicos e excludentes. Interromper as agora significaria barrar os interesses

de muita gente. E isso, evidentemente, dificulta a negociação.

Bolívar Lamounier — Dificultar, no entanto, não significa criar obstáculos intransponíveis.

José Eduardo Faria — Daí a importância de se ver, no próximo debate, quais as implicações políticas da crise econômica e da crise social. Mesmo porque, se é certo que a *praxis política* não se limita à luta pelo poder do Estado, e através dele, a sociedade brasileira ainda tem o poder de não se conformar com um jogo de elites.. ■

Os debatedores

Bolívar Lamounier é PhD em política pela Universidade da Califórnia (UCLA) e professor da PUC e da USP, além de criador e diretor do Idesp (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo).

Francisco Weffort é professor-adjunto de Ciência Política na USP e pesquisador do Centro de Estudos e de Cultura Contemporânea (Cedec), além de membro da Executiva nacional do Partido dos Trabalhadores.

Walder de Góes é professor da Universidade de Brasília e autor de *O Brasil do general Geisel*, além de atuar profissionalmente como analista de risco político.

Luis Aureliano de Andrade é PhD em política pela Universidade de Michigan e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Amaury de Souza é PhD em política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pesquisador do Wilson Center, órgão do Smithsonian Institute.

José Eduardo Faria é professor-adjunto do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP, "Honorary Fellow" da University of Wisconsin e autor de *Retórica Política e Ideologia Democrática*, editado recentemente pela editora Graal.